

TIAGO VELOSO DOS SANTOS

ENTRE DISTRITOS INDUSTRIAIS E TERCIÁRIO PERIFÉRICO: A ECONOMIA POLÍTICA DAS METRÓPOLES AMAZÔNICAS

Recebido em 15/05/2025

Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1267

TIAGO VELOSO DOS SANTOS

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Belém e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Email: tiago.veloso@ifpa.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9394-7575>

Resumo

O artigo apresenta a formação de metrópoles na Amazônia brasileira como um processo resultante da economia política do programa de integração executado na região na segunda metade do século XX, buscando responder a seguinte questão: qual o perfil das estruturas econômicas e espaciais que sustentam essas metrópoles? Tratando como referências empíricas de análise as metrópoles de Belém e Manaus, identificamos por meio de procedimentos metodológicos como a revisão de literatura sobre as características da urbanização regional, coleta de dados estatísticos sobre ambas, levantamento documental e produção cartográfica, que as estruturas econômicas que se formaram nos dois principais centros metropolitanos da Amazônia brasileira foram tanto um produto das diferentes políticas de desenvolvimento para a região como também se tornaram condição e meio de expansão do processo de urbanização regional.

Palavras-chave: economia política; Amazônia; Belém; Manaus; metrópoles

¹ O autor agradece à Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, pela concessão de recursos financeiros e institucionais para pesquisa, por meio do Edital n. 02/2023 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBICTI) e ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas pela possibilidade de realização de atividades de campo na região metropolitana de Manaus.

Abstract

This paper presents the formation of metropolises in the Brazilian Amazon as a process resulting from the political economy of the integration program implemented in the region in the second half of the 20th century. It seeks to answer the following question: What is the profile of the economic and spatial structures that sustain these metropolises? Using the metropolises of Belém and Manaus as empirical references for analysis, we identify, through methodological procedures such as a literature review on the characteristics of regional urbanization, the collection of statistical data on both, documentary research, and cartographic production, that the economic structures that emerged in the two main metropolitan centers of the Brazilian Amazon were both a product of the region's differing development policies and also became a condition and means for the expansion of the regional urbanization process.

Keywords: Political Economy; Amazon; Belém; Manaus; Metropolises

I. Introdução

Identificada historicamente por suas características biogeográficas, a região amazônica passou, a partir da segunda metade do século XX, por uma significativa alteração de sua paisagem de floresta tropical, que deixou de ser a única referência visual de análise. Essa alteração, proveniente de processos de produção do espaço regional em um determinado contexto histórico, coloca as cidades e o urbano como a principal referência territorial ao final do século XX e primeiras décadas do século XXI.

A imagem de uma “floresta urbanizada” como a projetada por Becker (1990) é simbólica nesse sentido. Acompanhando as tendências de urbanização do território brasileiro, a região apresenta cerca de 78% de sua população vivendo em áreas urbanas na segunda década do século XXI, em contraste com apenas 30% na década de 1950, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Mais que a expressão estatística dessa alteração na composição demográfica do povoamento regional, os dados revelam uma tendência à formação de aglomerações urbanas como as bases de organização territorial.

Para Becker (2001), essa constituição tem a ver com a formação de uma economia de fronteira na região, daí a autora analisar a formação de cidades na Amazônia, a partir da necessidade de construção de uma rede urbana, sendo as cidades o lugar da localização e atuação das instituições responsáveis por executar o projeto de integração.

Para Machado (1999), essa evolução da urbanização na Amazônia demonstra a gênese de adensamentos ou “condensações” urbanas, pois, segundo a autora, trata-se do adensamento do número de cidades em determinadas regiões do sistema de povoamento. Nesse caso, é necessário considerar que, para o estudo dos processos de urbanização, a presença desses adensamentos é tão importante quanto o aumento do tamanho e número de cidades ou sua estrutura hierárquica.

Entretanto, pensando para além do adensamento urbano, do crescimento quantitativo de cidades e suas repercussões estatísticas e demográficas, no período mais recente, uma nova qualidade surge na dinâmica da urbanização do espaço amazônico, que se pode classificar como a emergência de um conjunto de centros metropolitanos em consonância com o movimento mais geral de metropolização do espaço brasileiro da segunda metade do século XX.

As repercussões desse processo de metropolização no espaço amazônico advêm da necessidade de expansão, em direção à fronteira, e dos novos padrões de acumulação de capital e organização do mercado de trabalho regional, mas também diz respeito ao movimento geral de complexificação pelo qual passa a sociedade brasileira, pois a metropolização regional está associada a um padrão de passagem de uma urbanização da sociedade e do território (Santos e Silveira, 2001) para uma tendência à metropolização do espaço (Lencioni, 2008 e 2017). É a partir dessa interpretação que se apresenta o quadro geral dos centros metropolitanos regionais.

Não obstante, mesmo considerando a recente metropolização regional como uma tendência da urbanização amazônica, isso não quer dizer que tais processos tenham configurações espaciais ou econômicas homogêneas. Ao contrário, a região tem aglomerados metropolitanos que apresentam características diversas, seja pelo tipo de dinâmica econômico-espacial que potencializa o processo de metropolização, seja no que diz respeito a uma determinada estrutura espacial produzida como expressão de processos econômicos mais profundos.

É neste sentido que analisamos as metrópoles de Belém, no estado do Pará, e Manaus, no estado do Amazonas, enquanto referências empíricas da discussão, considerando aspectos da formação da economia urbana dessas metrópoles em uma perspectiva comparativa da formação das estruturas econômicas estabelecidas nas duas metrópoles a partir das transformações da região com a execução do projeto de integração.

Em Belém, essa formação metropolitana derivou da expansão de um circuito da economia urbana que teve como principal expressão a constituição de grupos econômicos e redes do terciário moderno fortemente vinculados aos capitais comerciais espacialmente regionalizados e que tiveram no processo de expansão urbana que configurou a metrópole a sua principal base de acumulação.

Por outro lado, em Manaus, a alocação de um polo industrial e uma zona franca de comércio especificamente no núcleo urbano da capital do estado do Amazonas foi o elemento definidor de um tipo diferente de política de integração regional e desenvolvimento na porção ocidental da Amazônia brasileira, política que foi responsável pela formação metropolitana manauara e, a partir de então, tornou-se a principal estrutura econômica sobre a qual a metrópole está assentada.

Neste sentido, a formação metropolitana nas duas cidades de referência foi tanto uma resultante dos diferentes tipos de projetos econômicos executados no entorno regional mais imediato quanto uma condição da manutenção das taxas de urbanização em uma etapa mais recente do desenvolvimento das relações de produção capitalistas na Amazônia.

Por fim, dentre as escolhas de procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos da pesquisa, realizou-se uma revisão sistemática de literatura sobre as características empíricas e os principais conceitos teóricos que explicam a intensidade da urbanização na Amazônia na segunda metade do século XX, bem como o entendimento teórico e conceitual de sua metropolização mais recente. Em seguida, buscaram-se em dois tipos de levantamento, o de dados estatísticos e documental², subsídios à compreensão da urbanização na Amazônia e, mais particularmente, na formação urbana e metropolitana das duas metrópoles analisadas. Além disso, o levantamento documental foi particularmente importante para compreender o papel dos grupos econômicos regionais com atuação na metrópole de Belém, de modo a identificar uma

² A pesquisa documental contou com a consulta de legislações, registros jornalísticos e informativos comerciais dos grupos comerciais descritos.

genealogia do processo de formação dos mesmos, relacionando-o à organização econômica da metrópole em formação. Um último aspecto das escolhas metodológicas adotadas é que elas possibilitaram identificar elementos para a construção de cartografias da organização econômica nas metrópoles de Belém e Manaus, possibilitando demonstrar cartograficamente nosso argumento central da conexão existente entre os processos de integração e desenvolvimento e a formação das estruturas econômicas das metrópoles amazônicas. É desse processo que trata o presente texto, estruturado inicialmente em torno da intensidade da urbanização amazônica.

2. A intensidade da urbanização amazônica desde 1950

Levando-se em consideração a importância dos dados oficiais, conforme apresentado na Tabela 1 (IBGE, 2022), 78,47% da população atual na região amazônica³ está assentada em núcleos urbanos. Embora possam ser avaliados segundo graus diversos de carência e precariedade quanto à existência de serviços básicos, há de se considerar os núcleos urbanos existentes como constituintes de um modelo de urbanização voltado para a região. Além disso, a urbanização não pode ser mensurada apenas pelo espraiamento da mancha urbana ou mesmo pelo surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos seus valores pela sociedade. Nesse caso, recorda-se que, desde os anos 1980, a imagem da Amazônia enquanto uma “floresta urbanizada”⁴ já se disseminava como possibilitada de concreta (Becker, 1990; 2001).

³ Para fins de padronização dos dados estatísticos e cartográficos, este texto utiliza como definição de Amazônia a divisão regional da Amazônia Legal, instituída em 1953 pela Lei n.º 1.806, com 61% do território brasileiro. Os limites da Amazônia Legal foram alterados em consequência de mudanças na divisão política do País, sendo hoje composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia, Roraima, a porção oeste do estado do Maranhão e o norte de Mato Grosso.

⁴ Para Becker (2004, p. 73), “‘floresta urbanizada’ caracteriza o tipo de papel que as cidades têm na região, configurando-se na base logística da ocupação do território que sustenta os surtos econômicos oriundos de forças externas. [...] Muitos discordam dessa tese, porque não consideram tais nucleamentos como urbanos. Mas esse é o modelo de urbanização no Brasil e, ademais, a urbanização não se mede só pelo crescimento e surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos valores da urbanização para sociedade. Por essa razão, desde a década de 1980, chamo a Amazônia de uma ‘floresta urbanizada’” (Becker, 2004).

Tabela 1 – Amazônia Legal: taxas de urbanização

ANO	Taxa de Urbanização (%)
1950	29,60
1960	35,70
1970	42,70
1980	50,20
1991	57,83
2000	69,83
2010	72,80
2022	78,47

Fonte dos dados primários: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, 2022). Elaboração própria

É importante ter em vista que a configuração da urbanização com o perfil “mancha de óleo”, ou seja, a expansão do tecido urbano pelo território, não é hegemônico no caso amazônico. Por essa razão, para compreender a região, conceitos como o de urbanização extensiva⁵, ou seja, um padrão de difusão de um modo de vida urbano no território que não necessita de um centro urbano exclusivo, mas sim do espraiamento de relações de produção e condições gerais de vida que tenham um conteúdo urbano significativo, a ponto inclusive de se criarem demandas com perfis metropolitanos (Monte-Mór, 2003).

Neste sentido, é relevante compreender que, diferente do processo de urbanização e metropolização em outras regiões do País, como o Centro-sul ou o Nordeste, nas quais a expansão do tecido urbano por meio do processo de conurbação⁶ e da criação de malhas de mobilidade territorial entre cidades próximas e/ou vizinhas, a urbanização

⁵ Para Monte-Mór (2003), “urbanização extensiva” caracteriza a expansão das condições de produção urbano-industrial para além das áreas urbanas, impactando espaços próximos, mas também os distantes. Este processo, caracterizado por uma lógica de expansão, impõe as relações socioespaciais urbano-industriais como dominantes, independentemente da densidade urbanística. Neste sentido, a urbanização extensiva implica a disseminação de um modo de vida urbano para além dos limites convencionais das cidades, transformando o espaço rural e os espaços periféricos em áreas urbanas.

⁶ A forma conurbada é a primeira manifestação do fenômeno metropolitano, sendo, por determinado período, confundida com o próprio fenômeno da metropolização. Esta forma é caracterizada como um tipo de crescimento urbano que expande a cidade, prolongando-a para fora de seu perímetro e, desse modo, absorvendo aglomerados rurais e outras cidades adjacentes, em geral cidades menores, que já estão sob a influência direta ou indireta da grande cidade, que passa a constituir o núcleo metropolitano. Estas cidades adjacentes, que até então podem ter vida política e administrativa autônoma, acabam comportando-se como parte integrante da cidade principal (Villça, 1998).

amazônica veio acompanhada não necessariamente por esses elementos, mas sim da alocação, no território, de um conjunto de sistema de objetos e um sistema de ações pontuais – os grandes objetos⁷ – que proporcionaram a urbanização regional para a expansão de uma economia de fronteira.

A compreensão da urbanização regional e a sua indissociabilidade de um padrão de ordenamento territorial baseado na economia de fronteira é fundamental para entender o fenômeno da urbanização na Amazônia brasileira. Para Becker (2001), o conceito de fronteira para a Amazônia reside em um espaço no qual o progresso é entendido como crescimento econômico infinito, baseado na exploração de recursos naturais percebidos como ilimitados (Becker, 2001). Daí a importância da criação e expansão de uma base urbana para dar consistência ao projeto de integração:

Desde o início, o projeto da fronteira amazônica previu a urbanização, seja através das várias políticas governamentais para integração do território, seja da política urbana de polos de crescimento (Polamazônia), seja de ‘urbanismo rural’, considerado necessário, segundo o discurso oficial, para atrair a população por oferecer condições de vida similares às áreas de origem dos fluxos migratórios (Becker, 1985, p. 360).

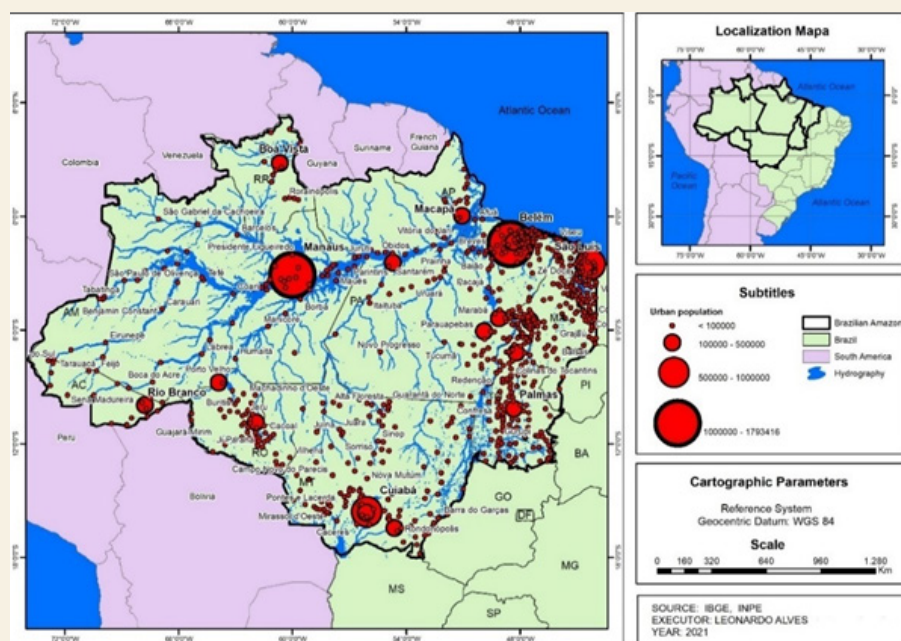
Ainda assim, a expansão de uma fronteira urbana na Amazônia não promoveu simplesmente uma homogeneização das formas e conteúdos urbanos pela região. Ao contrário, modelos diferenciados que dizem respeito a diferentes faces desse processo podem ser identificados⁸. E este processo de urbanização

⁸ Becker (1985) faz referência a cinco modelos de urbanização na Amazônia brasileira. Para os objetivos deste texto, apresento-os sinteticamente nesta nota, podendo ser consultados na bibliografia de referência. O primeiro modelo de urbanização corresponde à urbanização “espontânea”, bastante presente na Amazônia oriental e resultante da ação indireta do Estado, que, ao incentivar a apropriação privada da terra, através da expansão de frentes econômicas, possibilitou o surgimento de cidades que as acompanham. O segundo modelo é o de urbanização dirigida pela ação da colonização particular, comandado por relações econômicas, direcionadas por companhias colonizadoras baseadas em trabalho familiar e cuja configuração territorial assemelha-se ao urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A urbanização dirigida pela colonização oficial corresponde ao terceiro modelo de urbanização, pois é o tipo de urbanismo adotado pelo Incra, que relaciona núcleos urbanos configurados em localidades centrais hierarquizadas, aproveitando a estrutura urbana pré-existente para configuração de um sistema urbano tendo como base a rodovia. O quarto modelo de urbanização é relacionado aos projetos econômicos – como exemplo as cidades-empresa ou núcleos urbanos planejados, que necessitam de uma base urbana para sua instalação e funcionam como enclaves na região. Por fim, o modelo de urbanização tradicional, que se refere às cidades que mantêm o padrão de configuração urbana da Amazônia do passado, cidades beira-rio e com forte articulação a um centro regional.

intensificado desde o início dos anos 1950 disseminou a forma cidade por toda a Amazônia, configurando a região como aquela que apresentou as mais altas taxas de urbanização nas últimas décadas do século XX no Brasil, como pode ser observado no Mapa 1, que apresenta uma cartografia da disseminação de cidades e da demografia pela Amazônia brasileira.

Tal processo de urbanização regional também pode ser analisado por uma de suas expressões territoriais mais recentes, pois, pelo menos desde os anos 1970, tem se configurado um conjunto de aglomerações de natureza metropolitana na Amazônia brasileira, particularmente em torno das cidades de Belém, no estado do Pará, Manaus, no estado do Amazonas, e São Luís, no estado do Maranhão.

Mapa 1: Amazônia Legal: concentração demográfica e urbana



Fonte: Santos, 2015.

Convém compreender metrópole a partir de parâmetros teórico-conceituais e não apenas por um patamar demográfico previamente estabelecido. Neste sentido, definições teóricas, como de urbanização da sociedade e do território, urbanização extensiva e metropolização do espaço, são expressões

conceituais que, se não dão conta de toda a complexidade urbana regional, são importantes para entender intensidade do fenômeno na Amazônia contemporânea. É, portanto, a partir desses conceitos que passamos a visualizar a expressão dos processos de metropolização na região a partir de dois de seus aglomerados metropolitanos: Belém e Manaus.

A escolha dessas duas metrópoles como objeto de análise está associada a um recorte metodológico. Na literatura conhecida sobre a urbanização amazônica, Belém e Manaus, bem como seus espaços de influência urbana e expansão metropolitana, são as duas referências mais importantes, tendo em vista seu significado na constituição da rede urbana, a consolidação de ambas as cidades no cenário regional e nacional e sua importância como referências no processo de integração da Amazônia no pós-1950.

Belém foi a cidade de referência na região em diferentes períodos da história brasileira, caracterizando-se como metrópole em expansão a partir dos anos 1970, quando não por coincidência passou a ser oficialmente a única região metropolitana da região Norte⁹ naquele momento. Neste sentido, é significativo analisar sobre quais bases econômicas foi estruturada.

Manaus, uma metrópole regional em ascensão desde pelo menos a década de 1980, revela o significado do tipo de inserção da cidade na dinâmica amazônica da integração após a instalação de um modelo industrial em seu espaço urbano e que, mesmo após o encerramento oficial das políticas de integração, buscou um papel internacionalizado na economia mundial, perfil que revela uma outra configuração das políticas regionais executadas para a porção ocidental da Amazônia.

Tais características distintas é reveladora dos diferentes perfis de metrópoles e do próprio processo de metropolização regional, pois enquanto em Belém os principais impactos das políticas de integração foram indiretos,

⁹ Em 1973, o governo federal brasileiro institucionalizou as oito primeiras regiões metropolitanas do País (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo). Em 1974, a cidade do Rio de Janeiro também foi institucionalizada como região metropolitana. A medida tinha como uma de seus objetivos ampliar o controle do governo federal sobre as grandes áreas urbanas do País.

dado que a grande maioria dos projetos econômicos na Amazônia oriental foram alocados no interior da região, portanto, fora da área de influência imediata da metrópole, em Manaus, a formação metropolitana está estritamente associada à alocação no interior da capital de um polo industrial e uma zona franca de comércio¹⁰.

E é sobre a formação dessas metrópoles como uma expressão da economia política da Amazônia a partir do programa de integração nacional e suas políticas de desenvolvimento regional que tratarei na próxima seção.

3. A formação das metrópoles regionais como expressão da economia política do território

Embora a história regional pré-1960 ajude a identificar a gênese de Belém e Manaus como aglomerações urbanas significativas, há de se considerar que são as estratégias de integração e desenvolvimento, na segunda metade do século XX, que intensificam o padrão de ocupação urbana existente na atualidade, expresso no crescimento populacional, conforme pode ser observado na Tabela 2¹¹:

¹⁰ A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia ocidental e promover a integração produtiva da região ao País. A ZFM compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O primeiro teve maior ascensão até o final da década de 1980, quando o Brasil adotava o regime de economia fechada. O Polo Industrial de Manaus (PIM) é hoje considerado a base de sustentação da ZFM, pois possui aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia, gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. Entre os produtos fabricados destacam-se: aparelhos celulares e de áudio e vídeo, televisores, motocicletas, concentrados para refrigerantes, entre outros. O polo Agropecuário abriga projetos voltados a atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outras. O modelo ZFM foi ampliado nos anos 2000 e se estende hoje para outros estados e cidades da região (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá) (Amazonas, 2012).

¹¹ Os números absolutos incluem a soma das populações dos municípios que compõem a região metropolitana em cada período, assim como os percentuais das populações das aglomerações foram calculados considerando-se o contingente do município principal e adjacentes. A partir de 1980, no caso de Belém consideram-se os municípios que fazem parte de sua região metropolitana, instituída em 1973. Para o caso de Manaus, este mesmo procedimento é adotado a partir da década de 2010, considerando que a região metropolitana de Manaus foi instituída em 2007. À medida que foram incluídos novos municípios nas regiões metropolitanas originais, estes passaram a ser acrescidos na contagem, considerando as décadas em que foram constituídas as respectivas regiões metropolitanas, a saber: Região Metropolitana de Belém, instituída na década de 1970 e ampliada nas décadas de 1990, 2000 e 2010; Região Metropolitana de Manaus, instituída na década de 2000.

Tabela 2 – Belém e Manaus: população absoluta e participação relativa da população metropolitana em relação aos respectivos estados

ANO	Pop. Belém	Pop. Belém/PA (%)	Pop. Manaus	Pop. Manaus/AM (%)
1950	254.949	22,70	139.620	27,16
1960	402.170	25, 93	173.343	24,31
1970	642.514	30,00	311.622	32,7
1980	1.047.555*	28,50*	633.392	44,34
1991	1.332.839*	25,10*	1.011.000	48,05
2000	1.795.201*	29,00*	1.405.835	49,9
2010	2.101.883*	27,90*	1.802.014*	61,10*
2022	2.243.895*	27,64*	2.532.226*	62,05*

* Considera os municípios que passaram a compor a Região Metropolitana.

Fonte dos dados primários: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, 2022); elaboração própria

Conforme a Tabela 2, Belém desde a segunda metade do século XX apresenta tendência de crescimento absoluto de sua população, chegando ao patamar de um milhão de pessoas entre as décadas de 1970 e 1980. Tal tendência de crescimento se amplia em aspecto absoluto, pois a partir da década de 1980 os dados passam a considerar oficialmente o estabelecimento de uma região metropolitana com mais de um município, tendo Belém como o núcleo metropolitano.

Entretanto, a tendência de crescimento demográfico em termos absolutos da metrópole apresenta uma contradição com a tendência decrescente de concentração demográfica em seu espaço metropolitano, quando considerada em termos relativos para o conjunto regional mais imediato, o estado do Pará. Assim, embora a população metropolitana tenha sido ampliada de forma significativa no período analisado, com a inserção de novos municípios na Região Metropolitana de Belém e o crescimento demográfico da população metropolitana aumente em termos absolutos, há, não obstante, uma tendência de perda relativa da concentração demográfica em termos regionais. A metrópole Belém representa atualmente cerca de 30% da população total do estado do Pará.

A dinâmica de crescimento populacional observada em Manaus, por outro lado, apresenta tendência oposta, com crescente concentração demográfica na metrópole, quando considerado o conjunto regional do estado do Amazonas. Isso é verdadeiro considerando apenas o núcleo metropolitano, o município de Manaus, e se amplia quando da criação da Região Metropolitana já nos anos 2000, elemento responsável pelo incremento populacional, posto que a população dos municípios que passam a compor a região metropolitana é considerada integrante desse espaço.

Ao encontro das tendências demográficas, apresentada no aspecto da participação da população metropolitana no total estadual, observa-se tendência semelhante quando consideramos o grau de concentração do Produto Interno Bruto metropolitano em relação ao Estado. Nos dois estados (Amazonas e Pará), um percentual significativo da riqueza está concentrada na região metropolitana, embora isso se dê de forma mais intensa no Amazonas, com 85% do PIB concentrado na Região Metropolitana de Manaus. Por sua vez, no Pará a intensidade da concentração está em um patamar bastante inferior, com cerca de 35% da riqueza estadual centralizada na Região Metropolitana de Belém, como se observa na Tabela 3:

Tabela 3 – Amazonas e Pará: participação no Produto Interno Bruto da Região Metropolitana e do Estado (em R\$ mil correntes)

UF	Capitais das UF'S	PIB em valor (R\$ 1.000)				Participação Percentual (%)	
		Total Estado	Total Região Metrop.	Município Núcleo (capitais)	Demais Municípios	RM / Estado	Município Núcleo / RM
Amazonas	Manaus	39.166.314	33.426.618	31.916.257	1.510.361	85,3	95,5
Pará	Belém	44.375.376	15.680.140	12.520.322	3.159.818	35,3	79,8

Fontes dos dados primários: Amazonas (2012); Pará (2011; 2012). Elaboração própria

Tais fatos que se manifestam estatisticamente estão relacionados às repercussões das políticas de integração nacional e desenvolvimento regional dirigidas às diferentes porções da Amazônia brasileira, pois as tendências previamente identificadas estão ligadas à forma como foram estabelecidas as

políticas de integração e urbanização do território, que são um componente importante da urbanização e da consequente diferenciação sub-regional, posto que há uma imbricação entre a formação das metrópoles e o seu entorno regional, quando consideradas em perspectiva.

Neste caso, vamos tomar como exemplo o tipo de política de integração e desenvolvimento estabelecida na porção oriental da Amazônia brasileira, na qual Belém emerge como principal centro metropolitano para compreender esses processos de transformação da economia política amazônica em torno da formação das metrópoles.

Segundo Trindade Júnior (2000; 2006), Belém não sofreu o estímulo de crescimento a partir do setor industrial de montagem, a exemplo do que se verificou em Manaus. Seu perfil econômico, portanto, é de uma cidade situada entre as que apresentam uma natureza metropolitana, com destaque para as atividades comerciais e de serviços. As indústrias nela instaladas – com um peso relativamente pequeno – voltaram-se para o beneficiamento de matérias-primas da própria região e, portanto, com um impacto relativamente maior em relação à floresta.

A reestruturação da rede urbana desde então e os novos conteúdos e importância atribuídos às cidades fora do aglomerado metropolitano no período de integração, portanto, tendem a confirmar cada vez mais a dinâmica de uma nova estrutura produtiva e do mercado de trabalho na Amazônia centro-oriental, na qual Belém está inserida. Isso implica, necessariamente, rupturas de antigos padrões de organização espacial que tiveram como consequência um processo de dispersão populacional, de investimentos econômicos e de ações governamentais, associados direta ou indiretamente a novas vias de circulação, especialmente as rodovias, mais presentes nessa porção territorial da Amazônia (Trindade Júnior, 2006). O mercado de trabalho da Amazônia oriental tende a confirmar desde a década de 1990 o processo de reestruturação em curso, posto que os setores mais dinâmicos são a mineração, a indústria madeireira, a siderurgia e a construção civil (Castro, 1994), ou seja, os setores da economia ligados a atividades da fronteira econômica e urbana que estão localizados fora da esfera de influência imediata de Belém.

É neste sentido que a expansão da fronteira econômica no interior da região não se dá de maneira igual quando consideramos a especificidade das formações metropolitanas. Neste caso, na Amazônia oriental, a região tende a crescer mais que sua metrópole (Belém), devido ao dinamismo econômico imprimido a outras frações do espaço regional, nos quais foram implantados projetos econômicos de grande escala, que necessitam de espaços urbanos relativamente estruturados para o seu funcionamento, mas que não se limitam a eles, implicando redefinições espaciais que alcançam um raio de influência significativo e que repercutem no grau de urbanização do território (Trindade Júnior, 2006):

No caso amazônico, a malha técnico-política implantada a partir da década de 1960, com a abertura de rodovias, com os incentivos fiscais e creditícios e com os grandes projetos econômicos, buscava aumentar essa fluidez do território, de modo a conectá-lo de maneira decisiva à divisão territorial do trabalho que se impunha em nível nacional e internacional (Trindade Júnior, 2006, p. 184).

Isso se deu em virtude da localização da grande maioria dos projetos econômicos e de infraestrutura de grande escala no interior dessa porção centro-oriental da Amazônia, fora, portanto, da influência imediata de Belém.

Mesmo considerando a pertinência dessa tendência para o caso da Amazônia oriental, há de se levar em conta, entretanto, que o processo que confere um maior dinamismo para o interior da fronteira econômica, em detrimento da sua metrópole, não pressupõe desconsiderar a importância do espaço metropolitano para os processos dinamizadores da economia regional, mas de uma redefinição dessa mesma importância (Trindade Júnior, 1998).

¹² Entre os vários empreendimentos que contribuíram para a criação e/ou expansão econômicas de núcleos urbanos de pequenas e médias cidades no interior da Amazônia centro-oriental, podemos citar dentre as principais cidades direta ou indiretamente impactadas Santarém, no oeste do Pará, com a dinâmica da soja que avançou em direção ao eixo da rodovia BR-163; o eixo das cidades de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, intensificado pelos grandes projetos de exploração mineral liderados pela então Companhia Vale do Rio Doce, atualmente a multinacional Vale na Serra dos Carajás, bem como pelas frentes de expansão agropecuária; Oriximiná, também pela exploração mineral liderada pela multinacional mineradora Alcoa; Tucuruí, com a construção da hidrelétrica de mesmo nome na década de 1970. A exceção desse período fica em Barcarena, com o polo industrial de produção mineral, relativamente próximo a Belém.

É neste sentido que se explica o nível diferente de atração polarizadora da Belém metropolitana no seu entorno regional, quando comparada, por exemplo, a Manaus na Amazônia ocidental. Belém, enquanto metrópole regional, vem paulatinamente perdendo a característica de cidade primaz da Amazônia brasileira, embora, de forma alguma, perca a condição de metrópole. Sua importância na rede urbana regional foi significativamente alterada em face dos novos espaços de incremento econômico das décadas recentes; fato este que confirma uma nova dinâmica da economia política da urbanização da região, refletida na participação de Belém em termos populacionais, quando comparada ao conjunto do estado do Pará (Veloso e Trindade Júnior, 2014).

Essa perda relativa se deve, entre outros fatores, à existência no território paraense de importantes cidades médias, como Santarém (oeste paraense) e Marabá (sudeste paraense), e cidades que têm sua vida urbana dinamizada pela chegada de grandes projetos no período de integração. A Tabela 4 apresenta um dos significados do perfil de desconcentração das atividades econômicas, através da observação do total de riquezas produzidas, levando-se em consideração as cinco maiores economias municipais do estado do Pará em um período de vinte anos:

Tabela 4 - Pará: PIB das cinco maiores economias municipais (2004 – 2020)

	2004 (R\$)	2010 (R\$)	2020 (R\$)	(%) 2004	(%) 2010	(%) 2020
Belém	6.464.402	17.998.495	30.798.556	18,9	23,12	14,26
Parauapebas	1.363.099	15.947.709	38.012.250	3,99	20,49	17,6
Ananindeua	962.542	3.672.050	8.117.175	2,81	4,72	3,76
Marabá	1.470.758	3.562.534	12.928.283	4,3	4,58	5,99
Barcarena	2.777.301	3.550.393	7.433.645	8,12	4,56	3,44
Canaã dos Carajás	-	-	22.503.439	-	-	10,42
Estado do Pará	34.195.676	77.847.597	215.935.604	100	100	100

Fonte dos dados primários: PARÁ (2021); elaboração própria

À exceção dos municípios de Belém e Ananindeua, dois dos municípios que integram a região metropolitana, as demais cidades são sedes de projetos econômicos localizados no interior da região.

Ao encontro da tendência de desconcentração das atividades econômicas observada, verifica-se também uma maior distribuição da participação demográfica de outros centros urbanos na composição da população. A Tabela 5 apresenta os dados populacionais referentes às maiores cidades do Estado. Observa-se como no Pará existe um perfil de maior variedade e diversidade da dinâmica demográfica entre as cidades, embora também exista uma diferença significativa entre Belém e as maiores cidades do interior:

Tabela 5 - Pará: dinâmica demográfica das oito maiores cidades

Municípios / Ano	2000	2010	2022
Belém	1.280.614	1.393.399	1.303.389
Marabá	168.020	233.669	266.536
Santarém	262.038	294.580	331.937
Parauapebas	71.568	153.908	266.424
Altamira	77.439	99.075	126.279
Ananindeua	393.569	471.980	478.778
Castanhal	134.496	173.149	192.262
Barcarena	63.268	99.859	126.650
Estado do Pará	6.192.307	7.581.051	8.116.132

Fonte dos dados primários: Pará (2011, 2012, 2021); elaboração própria

Assim, na Amazônia centro-oriental trata-se de uma porção que não está sob influência unicamente da metrópole belenense, e, portanto, destaca-se também a proliferação de pequenas cidades e o crescimento de cidades de porte médio no interior da região, especialmente aquelas influenciadas pelos grandes projetos econômicos que alteraram a região.

É a essa economia política do território produzida diretamente pela alocação de projetos econômicos e territoriais de grande escala no interior da Amazônia oriental que contribuiu, de forma direta e também indireta, pela produção de uma metrópole com as características de Belém.

Já na porção ocidental da região amazônica, é Manaus a referência metropolitana, posto que a aglomeração manauara representa cerca de 60% do contingente demográfico do estado do Amazonas (Tabela 1), com grande peso relativo para o Estado.

A principal explicação para esse fenômeno de concentração é a existência de um complexo e dinâmico polo industrial¹³ na cidade, que atrai a maior parte dos fluxos econômicos e populacionais. A estratégia de ocupação e integração dessa porção da Amazônia, através da implantação, no meio da floresta, de um polo industrial é, sem dúvida, o elemento que destaca Manaus no contexto regional:

Se a abertura de estradas, de certo modo, provocou pouco impacto na espacialidade da cidade de Manaus, porque a construção foi um processo lento e as dificuldades de manutenção praticamente tornaram essas vias intransitáveis nos anos 1970 e 1980, a criação da Zona Franca de Manaus e a implantação do Distrito Industrial, em 1967, tiveram efetivamente impacto na paisagem urbana de Manaus (Oliveira e Schor, 2008, p. 73).

A concentração econômica, demográfica e de capacidade produtiva da metrópole em relação ao seu Estado e a seu entorno regional também causa repercussões na produção do espaço de forma diferenciada na dinâmica de fronteira, que é característica das políticas de integração e desenvolvimento. Um dos impactos, ainda que indireto, da existência do Polo Industrial de Manaus é a configuração nessa porção da região de uma lógica que é ainda marcada pelo ritmo da natureza, com potencialidade em aliar a existência de recursos naturais (águas, florestas, minerais etc.) com uma atividade econômica de grande impacto, sem causar, necessariamente, o perfil de devastação característico da Amazônia oriental, por

¹³ A Zona Franca de Manaus tornou-se um polo de isenção fiscal no centro da Amazônia pelo Decreto-lei 288, de 1967. Inicialmente sua área estava restrita à cidade de Manaus, tendo sido continuamente ampliada para toda a Amazônia ocidental, compreendendo os estados do Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre, e correspondendo a aproximadamente 25% do território nacional. A partir de 1967, além da área de livre comércio, foi instalado o distrito industrial, baseado na montagem de componentes da indústria eletroeletrônica.

exemplo¹⁴. A existência do polo industrial em Manaus contribuiu para a redução das pressões sobre a exploração dos recursos da floresta, o que é considerado uma alteração positiva¹ no espaço regional. Nesse caso, a causa deste fenômeno reside no fato de polo industrial não necessitar de matéria-prima vinculada ao meio natural circundante, pois se trata de um modelo industrial importado, sendo, portanto, pouco provido de conexões que demandem os recursos da floresta.

Em grande medida, a Amazônia ocidental é polarizada quase que integralmente pela metrópole manauara. Essa dinâmica não pode ser deslocada da influência mitigadora que o Polo Industrial de Manaus provocou no interior da região. Ao ser fonte de fluxos econômicos e migratórios para a indústria nas décadas de 1980 em diante, acabou por se tornar válvula de escape da pressão por recursos naturais da região, colaborando, assim, para a preservação maior dessa porção do território. Esse efeito pode ser observado quando analisados os indicadores econômicos, nos quais se percebe a expressiva concentração da riqueza em Manaus. A Tabela 6 apresenta indicadores dessa concentração, através da proporção do Produto Interno Bruto dos principais impostos arrecadados em Manaus e sua participação na composição das riquezas do Amazonas.

¹⁴ Um conhecido estudo sobre o impacto da indústria na floresta amazônica (Rivas; Mota; Machado, 2009) afirma que a existência do Polo Industrial de Manaus (PIM) contribuiu para reduzir em pelo menos 70% o desmatamento no estado do Amazonas no período de 2000 a 2006. O mesmo estudo estima que o valor das emissões de carbono evitadas no período analisado chega a US\$ 10 bilhões no período. Se considerados os serviços ambientais proporcionados pela preservação, o valor estimado é da ordem de US\$ 158 bilhões no mesmo período. O estudo foi feito por pesquisadores das Universidades Federais do Amazonas e do Pará, do Projeto Inteligência Socioambiental Estratégica da Indústria do Petróleo na Amazônia (Piatam) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

¹⁵ Também é necessário considerar criticamente essa argumentação favorável à manutenção do Polo Industrial e da Zona Franca de Manaus. Brianezzi (2013), a partir da análise do discurso, revela um deslocamento da retórica de legitimação da Zona Franca, que, se antes estava embasada na ideia do progresso e da modernização industrial, passa a estar associada à ideia de desenvolvimento sustentável. Nesse caso, as indústrias são apresentadas como responsáveis pela conservação das florestas graças à criação de empregos urbanos. Portanto, se os incentivos fiscais acabarem, haverá desemprego e desmatamento. Essa argumentação, implicitamente desconsidera, *a priori*, a possibilidade de outros modelos de desenvolvimento para a região, bem como o papel de povos e comunidades tradicionais na preservação da floresta.

Tabela 6 - Manaus – Participação do PIB, ICMS e IPVA em relação ao estado do Amazonas – 2011 (PIB a preço de mercado – R\$ 1.000)

	PIB (R\$ mil)	Participação em relação ao Estado (%)	ICMS (R\$ mil)	Participação em relação ao Estado (%)	IPVA	Participação em relação ao Estado (%)
Estado do Amazonas	64.555.000	100	5.914.059	100	179.394	100
Manaus	51.025.146	79	5.695.263	96,3	171.438	95,6

Fonte dos dados primários: Amazonas (2012); elaboração própria

Neste sentido, pode-se dizer que diferente de Belém e da perda de peso relativo na metrópole em relação à região, na Amazônia ocidental, identifica-se um tipo de metropolização concentrada, reafirmando o papel de comando de sua metrópole – Manaus. Esse perfil concentrado pode ser observado tanto no aspecto externo, da metrópole comparada à região, mas também em seu aspecto interno, como evidenciado nos dados da Tabela 7, que versa sobre a participação e a dinâmica demográfica dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Manaus:

Tabela 7 - Região Metropolitana de Manaus – População absoluta por municípios: 2010 – 2014

Municípios	População absoluta – 2010	População estimada – 2014
Manaus	1.802.014	2.020.301
Careiro da Várzea	23.930	27.357
Iranduba	40.781	45.250
Itacoatiara	86.839	95.714
Manacapuru	85.141	92.996
Novo Airão	14.723	17.199
Presidente Figueiredo	27.175	31.903
Rio Preto da Eva	25.716	29.771
Itapiranga*	8.211	8.864
Silves*	8.444	9.014
Manaquiri*	22.801	27.480
Careiro*	32.734	35.938
Autazes*	32.135	36.301
Região Metropolitana	2.210.644	2.478.088
Estado do Amazonas	3.442.959	3.873.743

* Municípios que somente passaram a fazer parte da Região Metropolitana por decisão judicial.
Fonte dos dados primários: Amazonas (2012); elaboração própria

Considerada em conjunto, a Região Metropolitana corresponde a 83% do PIB do Amazonas e a 61% da sua população, sendo visível o nível de concentração dessas duas variáveis para o Estado. Esse tipo de metropolização concentrada em Manaus está também refletida na forma de urbanização do espaço metropolitano.

Tais comparações entre a formação metropolitana de Belém na Amazônia (centro-)oriental e a formação metropolitana de Manaus na Amazônia ocidental estão em consonância com o argumento geral de que as metrópoles são uma expressão espacial do tipo de política de integração e desenvolvimento estabelecido em diferentes parcelas do espaço amazônico. Em termos analíticos, o Quadro 1 apresenta sinteticamente alguns dos elementos que causaram a indução da metropolização, os tipos de conexões estabelecidos com o plano global e com a escala regional, os tipos de sistemas de circulação e as formas de gestão territorial, considerando as características nas duas metrópoles, muito mais elementos de diferenciação e diversidade do que a reprodução homogênea de um mesmo processo:

Quadro 1 – Belém e Manaus: elementos da metropolização do espaço.

Elementos/Metrópoles	Belém	Manaus
Padrão de urbanização	Desestruturação de estruturas agrárias e ribeirinhas e modernização do terciário.	Economia de aglomeração modernizadora da Zona Franca e do Polo Industrial.
Conformação do espaço metropolitano.	Expansão em direção aos outros municípios com tendência à dispersão.	Malha metropolitana compacta, com limites claros.
Hierarquias e relações entre as cidades da região.	Perda relativa da primazia que Belém exercia sobre a região.	Manutenção da hierarquia como cidade primaz, ampliada pela articulação de novos objetos.
Tendência à conurbação e/ou polinucleação das cidades.	Número pequeno de cidades conurbadas, mas com grandes fluxos de deslocamento e abastecimento entre Belém e os demais municípios.	Em virtude da concentração não há metropolização a partir de conurbação. Os fluxos entre Manaus e a região estão relacionados às redes de abastecimento.
Crescimento demográfico.	Perda relativa de população da cidade central e expansão demográfica dos demais municípios.	A concentração faz com que esse espaço não apresente a característica de involução metropolitana. Verifica-se concentração no núcleo metropolitano.
Movimentos pendulares e estrutura regional.	Forte intensidade entre as cidades da região metropolitana e mesmo algumas fora da RMB.	A intensidade dos movimentos pendulares está nas redes de abastecimento dos municípios vizinhos em direção a Manaus.

Fonte: Lencioni (2008); Veloso e Trindade Júnior (2014).
Organização: Tiago Veloso dos Santos.

Identificados tais elementos, gostaria de enfocar um último aspecto dessas formações metropolitanas a partir das políticas de integração e desenvolvimento: a caracterização das estruturas de suas economias urbanas.

4. A formação da economia urbana nas metrópoles regionais

4.1 Belém: formação metropolitana e modernização do terciário

A produção do espaço metropolitano em Belém guarda particularidades advindas de sua formação enquanto cidade de referência no cenário regional. O contexto histórico-geográfico reconhece a história da formação metropolitana de Belém, associada às mudanças estabelecidas a partir da segunda metade do século XX, posto que, de fato, até meados da década de 1960, a cidade estava confinada a uma área ainda relativamente próxima de seu local de fundação. A periodização sobre o crescimento urbano de Belém até a década de 1960 relata que,

em princípio, a cidade se expandiu acompanhando a orla fluvial, para, em seguida, se interiorizar e se continentalizar, definindo as três primeiras fases de seu crescimento: a ribeirinha (da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII); a de penetração ou interiorização (de meados do século XVIII a meados do século XIX); e a de continentalização (de meados do século XIX em diante) (Moreira, 1989, p. 52).

Somente em período mais recente, segundo Trindade Júnior (1998), é possível afirmar a configuração de uma quarta fase de expansão urbana belenense, marcada pela dinâmica da metropolização, que pressupõe o avanço da malha urbana em relação ao período e às fases anteriores:

Acrescentaríamos a essa periodização de Moreira (1989) uma outra fase, a de metropolização, que se inicia na década de sessenta e se consolida nas décadas seguintes e que pressupõe a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada (Trindade Júnior, 1998, p. 3).

Nesse caso, compreende-se que a cidade de Belém teve seu momento de expansão em direção à formação de uma malha metropolitana mais complexa a partir dos anos 1960, no contexto das políticas de integração e desenvolvimento, particularmente com a alteração das redes de circulação, com a construção da rodovia Belém-Brasília, primeiro grande eixo de penetração rodoviário da Bacia Amazônica (Vicentini, 2004), e que é um elemento fundamental para compreensão da metropolização regional.

Desse modo, a rodovia é um dos elementos para entender a expansão da malha urbana de Belém e a consequente possibilidade de espraiamento da cidade. Conformado assim o início de sua estrutura metropolitana, é possível entender a metropolização regional a partir do desenvolvimento da infraestrutura que viabilizou o projeto de integração da Amazônia ao restante da economia nacional via articulação dessas redes rodoviárias. As mudanças no papel da região também tiveram repercussões na produção do espaço urbano de Belém. Tais mudanças no espaço urbano integram uma dinâmica

[...] em que a região amazônica passa a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e ao Centro-sul do País – tendo como um dos marcos desse processo a inauguração da Rodovia Belém-Brasília – e cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano de sua configuração espacial (Trindade Júnior, 1998, p. 3).

As mudanças fisiográficas e no perfil de produção do espaço não estão dissociadas de alterações na estrutura econômica da cidade. Conforme afirmado na primeira seção deste texto, Belém não passou pelo estímulo de crescimento viabilizado pelo setor industrial. Ao contrário disto, seu perfil é de uma cidade situada entre as que apresentam uma natureza metropolitana, com destaque para as atividades comerciais e de serviços.

De fato, é a chegada da rodovia e os consequentes impactos econômico-espaciais que provocam mudanças sensíveis na economia urbana de Belém estabelecida até então. Por um lado, houve a progressiva

desarticulação de formas tradicionais da organização econômica¹⁶ e de um pequeno setor industrial¹⁷ associado à produção de bens de consumo imediato, dado o relativo isolamento da economia amazônica em relação ao território brasileiro até então.

Por outro lado, essa reorientação da economia urbana abre a possibilidade de maior organização do capital comercial¹⁸ em torno da sua expansão e, posteriormente, da modernização da distribuição de produtos e bens que precisariam ser reorganizados na nova dinâmica econômica, agora vinculada ao processo maior de integração regional do qual a expansão metropolitana de Belém é a consequência espacial.

É esse processo que configura o contexto econômico específico de desenvolvimento de um setor terciário que, desde então, irá comandar o circuito superior moderno¹⁹ da economia urbana em relação ao período anterior, bastante dependente da dinâmica dos setores tradicionais. O Quadro 2 é

¹⁶ Como exemplo dessas formas tradicionais de atividade econômica, a prática de atividade pastoril em Belém, constituindo as chamadas vacarias, que abasteciam a cidade de leite *in natura* (Trindade Júnior, 1997). Ou a produção de cana-de-açúcar, cachaça e palmitos em Abaetetuba (Anderson, 1991). Ambas as atividades, ligadas a um modo de vida rural, mas interligadas ao consumo urbano, entraram em declínio após a introdução das modernizações técnicas e da chegada da rodovia.

¹⁷ Até os anos 1950, verificava-se em Belém a existência de um parque industrial que satisfazia em parte a demanda local e regional, destacando-se dois tipos de indústrias: a produção de matérias-primas semimanufaturadas voltada para a exportação (borracha, lavada laminada, couro curtido, madeira serrada, óleos e essências, beneficiamento de castanha, prensagem de juta, seleção de sementes oleaginosas) e a produção de bens de consumo voltada às necessidades locais e regionais (alimentação, bebidas, produtos para higiene e limpeza, calçados, chapelaria, vestuário e construção civil) (Mourão, 2017).

¹⁸ Ventura Neto e Santos (2023) interpretam esse fenômeno segundo o conceito de órbitas reservadas, ou seja, a partir da imposição de uma lógica de reprodução não concorrencial de padrões perversos de valorização em órbitas não industriais, o que implicou uma divisão especializada que refletiu no espaço econômico nacional, tornando grupos empresariais, em alguns ramos específicos, muitas vezes circunscritos às cidades ou regiões de origem das famílias fundadoras.

¹⁹ Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não de “capital intensivo”, pelos serviços não modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão. No circuito superior, pode-se distinguir atividades “puras” e “mistas”. A indústria urbana moderna, o comércio e os serviços modernos são os elementos “puros”, pois são ao mesmo tempo atividades específicas da cidade e do circuito superior (Santos, 2004, p. 40-41).

um demonstrativo do surgimento dos grupos empresariais ligados ao terciário moderno que iniciam sua trajetória de negócios em Belém nas décadas seguintes.

Assim, é possível inferir a consolidação de uma economia urbano-metropolitana em Belém com o surgimento desses grupos econômicos, posto que se trata de um tipo de organização empresarial que remete a processos mais profundos de circulação de mercadoria, tendo em vista que a própria operação desses grupos também envolve importantes trocas de informações, como parte do próprio processo de gestão:

Quadro 2 – Belém: surgimento de grupos empresariais no período (1950 – 1990)

Empresa	Logomarca	Ano de Fundação	Setor de atuação
Y. Yamada		1950	Supermercado e loja de departamentos
Rede Extrafarma		1960	Drogaria
Visão		1965	Loja de departamentos
Líder Comércio e Indústria LTDA		1964	Supermercado
Grupo Formosa		1975	Supermercado Loja de departamentos
Nazaré Comércio de Alimentação e Magazine Ltda.		1976	Supermercado Loja de departamentos
Supermercado Cidade		1993	Supermercado

Fonte: Lencioni (2008); Veloso e Trindade Júnior (2014).
Organização: Tiago Veloso dos Santos.

Todos os grupos listados acima, originalmente, foram fundados em Belém e, apesar de terem expandido sua ação para outras regiões do Estado, ou até mesmo para outros estados, atuam principalmente no espaço metropolitano de Belém, onde nasceu a grande maioria de suas unidades. As redes, além de fundadas em Belém, mantiveram suas sedes e centros de distribuição na capital paraense.

Novamente, a formação dessa economia urbana no período de 1950 e 1990 está vinculada às modificações mais estruturais da economia paraense, conforme descrito por Tupiassu e Santos (1967):

No setor primário da economia paraense começa a se modificar, a agricultura tradicional. [...] com o aparecimento da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, SPVEA, em 1954, as perspectivas melhoram, com a instalação de uma nova usina geradora de energia elétrica na capital, dotada de importante efeito germinativo. A construção civil se aperfeiçoou e se expandiu. Olarias aumentam a produção de material de construção. *O comércio varejista moderniza-se.* [...] Amplia-se a variedade de bens de consumo de origem industrial, [...]. Entre 1950 e 1959, serão executadas novas ligações rodoviárias, além da ampliação da frota pública de transportes fluviais. Com isso, a urbanização, no sentido demográfico do termo, acelera-se, permitindo uma intensificação das comunicações sociais nos centros de aglomeração (Belém, Castanhal, Santarém) (Conselho Nacional de Economia, 1962, p. 270, grifos nossos).

As transformações urbano-regionais destacadas atuam no sentido de viabilizar este contexto de expansão de uma economia metropolitana que passa, necessariamente, pela modernização da gestão das firmas, da ampliação da base monetária, com o consequente impacto nas formas de oferta de crédito ao consumo, e que também produziram consequências na produção do espaço.

Nesse caso, a contínua ampliação do setor comercial no circuito superior da economia urbana em Belém como produto, condição e meio da dispersão de seu espaço metropolitano explica a expansão dos empreendimentos e demonstra similaridade espaço-temporal com sua formação metropolitana.

Inicialmente localizados em bairros da área central, desde 1990 essa configuração de distribuição espacial das unidades dos diversos grupos se altera com a expansão de unidades para além do núcleo metropolitano e a abertura de unidades em municípios adjacentes. A capilarização de unidades em bairros mais distantes do núcleo metropolitano e nos municípios periféricos da metrópole continua nos anos 2000, com a abertura de unidades nos vetores de expansão da metrópole.

A expansão física e econômica dessas redes, nesse sentido, é uma expressão de processos mais profundos da metropolização do espaço em Belém, que ocorrem em paralelo a outras variáveis como o aumento substancial dos fluxos materiais no espaço metropolitano, a produção de assentamentos habitacionais tanto de classes mais pobres quanto de classes média e alta, cada vez mais distantes do núcleo metropolitano, e a instalação de grandes objetos para viabilizar a fluidez desse espaço metropolitano (Santos, 2017). Nosso argumento fundamental é que tal mudança na economia política da urbanização amazônica, cuja expressão espacial é a formação metropolitana de Belém com essa estrutura econômica ligada aos grupos regionais, somente foi possível pela intensidade das alterações promovidas pelo programa de integração nacional e suas políticas de desenvolvimento regional.

4.2 Manaus: formação metropolitana e enclave industrial

Enquanto, sob a influência de Belém, os grandes projetos de modernização econômica do Pará contribuíram para a produção de uma rede de cidades pelo interior da Amazônia centro-oriental, no Amazonas, conforme afirmado anteriormente, houve concentração na capital amazonense da urbanização e das atividades produtivas predominantes no meio urbano, em virtude da instalação na década de 1960 da Zona Franca (ZFM) e do Polo Industrial (PIM).

Neste sentido, a implantação do empreendimento industrial urbano tornou a paisagem de Manaus mediada pela dinâmica da indústria. A reformulação

do perfil econômico da cidade a partir da chegada dos empreendimentos industriais é marcante, com repercussão imediata na produção do espaço. As imagens abaixo exprimem o impacto da transformação resultante da ocupação de uma área significativa que passa a compor o polo industrial.

Figuras 1 e 2 – Manaus: a área do Polo Industrial em dois momentos (1967 – 2012)



Fonte: Suframa (2012)

A partir de então, a paisagem da metrópole acompanha a dinâmica de reestruturação do espaço urbano na lógica da produção industrial, que adquire uma importância econômica própria, “comportando-se como segunda metrópole da Amazônia, com muitas funções inteiramente diversas daquelas que dão suporte às atividades econômicas de Belém” (Ab’Saber, 2004, p. 80).

Assim, deixa de ser apenas um centro de ligação no fecho de um leque de longos roteiros fluviais da Amazônia ocidental.

No aspecto da formação de uma economia urbana, a economia metropolitana de Manaus passou a ser alicerçada na indústria de transformação e, em menor grau, nos setores da administração pública. Os setores da indústria da transformação e de serviços são os principais motores da economia manauara, calcada em modelo de desenvolvimento voltado para a atração de empresas por meio da oferta de incentivos fiscais.

E, ao contrário dos grupos econômicos que se especializaram em Belém, cuja quase totalidade tem origem nos capitais da região, no mapa dos investimentos para o polo industrial de Manaus há predominância de investimentos estrangeiros, ainda que com diferenças no tempo. Por exemplo: entre 1967 e 1975, há a predominância de investimentos oriundos dos Estados

Unidos (EUA); a partir de 1975 observa-se a presença dos de origem japonesa e, de 2000 em diante, incremento dos investimentos asiáticos, particularmente sul-coreanos e chineses (Seráfico, 2011). Essa é uma das características de um modelo urbano industrial de enclave, ou seja, com pouca horizontalidade em relação ao seu espaço de atuação.

Além disso, quando se observa o perfil da indústria presente na ZFM e no Polo Industrial para o período 1980-2000, verificam-se as seguintes características: a) elevada concentração na produção/montagem de bens de consumo duráveis, fabricados mediante uso de tecnologias avançadas e em permanente processo de transformação; b) uma forte tendência à especialização em alguns segmentos, notadamente o eletroeletrônico; c) elevado nível de concentração econômica, com predominância de poucas empresas na geração dos principais produtos; d) atividade eminentemente de montagem; e) centro de decisão das empresas localizado em áreas fora da abrangência da ZFM (em geral, os escritórios das empresas concentram-se em São Paulo); f) dependência dos mercados internacionais para a importação de insumos, e g) elevadas margens de lucro proporcionadas pelo baixo nível salarial e pelo valor dos insumos, ambos com baixa participação no valor da produção (Valle, 2007). Novamente, é o perfil de um tipo de economia de enclave que se percebe.

Considerações finais

Este artigo buscou apresentar a formação de metrópoles na Amazônia brasileira como um processo resultante da economia política do programa de integração regional executado na região durante a segunda metade do século XX, buscando compreender em aspecto analítico o perfil das estruturas econômicas e espaciais que sustentaram as formações metropolitanas de Belém e Manaus na segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI.

Em ambas as referências empíricas, as evidências estatísticas, documentais e cartográficas, obtidas a partir do desenho metodológico da pesquisa, apontam que as estruturas econômicas que se formaram nos dois principais centros metropolitanos da Amazônia brasileira foram tanto um produto das diferentes políticas de integração e desenvolvimento para a região, como também tornaram-se condição e meio de expansão do processo de urbanização regional, consolidando duas diferentes estruturas de economias urbanas.

Em Belém, a organização de um relevante setor terciário relativamente moderno, constituído a partir dos capitais comerciais regionais que passaram a investir nas atividades urbanas da metrópole em expansão a partir da década de 1960, a abertura da rodovia Belém-Brasília, a desestruturação das antigas atividades tradicionais extrativas e agrárias e mesmo a decadência do pequeno setor industrial preexistente foram as condições que possibilitaram o avanço dessas atividades que se tornaram umbilicalmente ligadas à formação de um espaço metropolitano com uma estrutura dispersa cujo núcleo é a cidade de Belém.

Em Manaus, por outro lado, a opção industrializante na Amazônia ocidental, com o estabelecimento de um polo industrial e de uma zona franca, viabilizaram a expansão da urbanização com alta concentração econômica, produtiva e demográfica e foram os fundamentos econômicos e espaciais de uma metropolização com uma estrutura concentrada, explicada pela centralização econômica, produtiva e demográfica em torno do polo industrial que se mantém até hoje.

Referências

- AB'SABER, A. A cidade de Manaus. In: AB'SABER, A. (Org.). *Amazônia: do discurso à práxis*. São Paulo: Edusp, 2004. p. 201-222.
- AMAZONAS. *Anuário estatístico 2011*. Manaus: Seplan, 2012.
- ANDERSON, S. D. Engenhos na várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: Léna, P.; Oliveira, A. E. *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Emílio Goeldi, 1991.
- BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 47, 1985, p. 357-371, jul./dez. 1985.
- BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*. Brasília, n. 12, 2001, p. 135-159.
- BECKER, B. K. *Geopolítica da Amazônia: conferência*. Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2004.
- BRIANEZZI, T. *O deslocamento do discurso sobre a Zona Franca de Manaus: do progresso à modernização ecológica*. 2013. Tese de Doutorado em Ciência Ambiental, USP. São Paulo, São Paulo, 2013.
- CASTRO, Edna. Processos de trabalho e relações de poder no Carajás. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 457-72.
- IBGE. *Informações dos Censos demográficos: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010*. Brasília: IBGE, 2010.
- LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas, uma perspectiva multiescalar: reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*, 2008.
- LENCIONI, S. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- MACHADO, L. O. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. *Cadernos IPPUR*, v. XIII, n. 1, p. 109-138, jan./jul. 1999.
- MONTE-MÓR, R. Outras Fronteiras: novas especialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.
- MONTE-MÓR, R. Urbanização e modernidade na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). *Brasil Século XXI: por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 112-122.
- MOURÃO, L. Memórias da indústria paraense. In: *XII Congresso Brasileiro de História Econômica & XIII Conferência Internacional de História das Empresas*. Niterói, 2017.
- MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: Pará. *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Cejup, 1989.
- PARÁ. *Produto interno bruto dos municípios do Pará: 2010*. Belém: Idesp, 2012a.
- PARÁ. *Produto interno bruto municipal: 2011*. Belém: Idesp, 2012b.
- PARÁ. *Produto interno bruto municipal: 2020*. Belém: Idesp, 2021.
- OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. C.; TAVARES, M. G. C. (Org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-26.
- OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, E. (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Anablume, 2009. p. 13-39.

- RIVAS, A.; MOTA, J.; MACHADO, J. A. C. *Impacto virtuoso do Polo Industrial de Manaus sobre a proteção da floresta amazônica: discurso ou fato?* Manaus: Instituto Piatam, 2009
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Edusp, 2008
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001
- SANTOS, R. A. O. *A economia do Estado do Pará*. Belém: Idesp, 1978
- SANTOS, R. *História econômica da Amazônia: 1800 – 1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, Tiago V. *Metrópole e região na Amazônia: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís*. Tese de doutorado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA-UFPA), Belém, 2015.
- SANTOS, T. V. Metropolização regional e suburbanização condominial: aspectos da dinâmica da dispersão urbana na Região Metropolitana de Belém, *Boletim Campineiro de Geografia*. v. 7, n. 1, 2017
- SERÁFICO, M. *Globalização e empresariado: estudo sobre a Zona Franca de Manaus*. São Paulo, Annablume, 2011
- TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. *Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1997
- TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, USP, 1998
- TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana, *Revista Geografães*, Vitória, v. 1, 2000
- TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia, *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 26, 2006
- TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*, São Paulo, n. 50, p. 13-138, set./mar. 2010a
- TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *Revista Cidades: Brasil urbano, desafios e agendas*, v. 7, n. 12, p. 227-255, 2010b
- VALLE, M. I. M. *Globalização e Reestruturação Produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus*. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- VELOSO, T.; TRINDADE JÚNIOR, S.-C. C. Dinâmicas sub-regionais e expressões metropolitanas na Amazônia brasileira: olhares em perspectiva. *Revista Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 17, n. 1, p. 177-202, 2014.
- VENTURA NETO, R.; SANTOS, T. V. Produção do espaço e financeirização na periferia regional brasileira: novas lógicas de economia urbana na Região Metropolitana de Belém *Caminhos de Geografia: Uberlândia-MG* v. 24, n. 95, out/2023, p. 281-300
- VILLAÇA, F. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Fapesp; Lincoln Institute, 1998.
- VICENTINI, Y. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: UFPR, 2004